

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE OBRAS DA **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL/RO**

APRESENTAÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO, SOLICITANDO A DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO DA EMPRESA: B. DE ALCANTARA MOURÃO

REFERÊNCIA:

Concorrência Pública Nacional nº 009/2022-CPLO/SUPEL/RO

OBJETO:

Contratação de empresa de engenharia para a construção da central de flagranters, localizado na cidade de Porto Velho-RO.

CONSTRUTORA MACIEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.684.688/0001-15, neste ato representada por seu Representante legal Carlos André Menezes de Oliveira, RG: 25 vem, respeitosamente, perante V. Excelência, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra o ato de **HABILITAÇÃO** da empresa **B. DE ALCANTARA MOURÃO**, com supedâneo nos relevantes fundamentos fáticos e jurídicos a seguir delineados.

I – DA TEMPESTIVIDADE

A Lei Geral de Licitações prevê em seu art. 109 o prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de inabilitação, com a devida ressalva contida no §5º onde versa que “nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

Tendo em vista a publicação da ATA de recebimentos dos envelopes, análise e julgamento dos documentos de habilitação em 18/05/23, tem-se estendido o prazo recursal até o dia 24/05/23, excluindo-se o dia da ciência e incluindo-se o quinto dia útil, tornando assim este recurso devidamente TEMPESTIVO.

II – DOS FATOS

Refere-se à licitação para contratar empresa especializada para CONSTRUÇÃO DA CENTRAL DE FLAGRANTES, LOCALIZADO NA CIDADE DE PORTO VELHO-RO, nos termos do instrumento convocatório, do qual se extrai como condição de habilitação a apresentação de documentos que comprovem sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, sendo para esta última exigida comprovação de capacidade técnica nos termos abaixo transcritos:

15.1 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Registro ou inscrição da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia (CREA)/Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) e/ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR).
- b) Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente ou no quadro societário, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista, Engenheiro Mecânico, Arquiteto ou outro profissional de engenharia devidamente registrado na entidade competente e detentor de Certificado de Acervo Técnico – CAT emitido pelo CREA ou CAU pela execução de obras ou serviços de engenharia e/ou arquitetura com características semelhantes ao objeto do Edital, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos, conforme o Art. 30, § 1º inciso I da Lei Federal nº 8.666/93;
- c) Quando da execução do Contrato, caso haja necessidade de substituição do Responsável Técnico ou outros habilitados na licitação, deverá ser solicitado autorização prévia da Administração, que analisará as condições e procederá a autorização da referida substituição.
- d) Acervo técnico do(s) profissional(is) que será(ão) o(s) profissional(is) responsável(is) técnico pela obra, por execução de obras ou serviços de características semelhantes ao objeto da licitação, quais sejam: **(CONFORME ITEM 16.2. DO PROJETO BÁSICO)**
- f) **Atestado de Capacidade Técnica (ACT) acompanhado da respectiva ART** em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove a execução de obras com características semelhantes ao objeto da licitação e que atendam aos seguintes critérios: **(CONFORME ITEM 16.2. DO PROJETO BÁSICO)**.

SERVIÇOS REQUERIDOS (A)	UND (B)	QUANT. TOTAL (C)	QUANTIDADE A COMPROVAR	PERCENTUA LEXIGIDO (%)
CONCRETAGEM, COM USO DE BOMBA LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO 25MPA	M3	300,00	90,00	30%
TELHAMENTO COM TELHA TERMOACÚSTICA, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO	M2	946,91	284,07	30%
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO	M3	71,28	21,38	30%

Conforme Ata do dia 17 de maio de 2023 a corrente foi HABILITADA por supostamente atender a todos itens do instrumento convocatório. No entanto, após análise da documentação da empresa B. DE ALCANTARA MOURÃO, foram constatado algumas inconcistências no seu acervo técnico apresentado.

Observa-se através das imagens apuradas antecipadamente, que os serviços de pavimento em concreto asfáltico exigido no edital para efeito de qualificação técnica, o qual a empresa citada demonstra em seu atestado dado como serviço realizado para a Paróquia Santuario Nossa Senhora Aparecida tem aparência muito desconforme, ou seja, distante daquilo que possa ser considerado como um pavimento de concreto asfáltico betuminoso.





Assim sendo, sugerimos desta douda comissão que seja realizada uma deligência técnica no local onde constam como “realizados” os seviços de pavimento em concreto asphaltico betominoso.

Ressltamos ainda, que na qualificação economica da empresa citada constam indices oficiais muito acima dos considerados como padrão, contando ainda um prejuízo no exercicio de 6.469,76, o que nos leva a crê por uma debilidadefinanceira por parte da empresa citada demonstrada em seu balanço patrimonial.

III – DO PEDIDO

Diante do exposto solita-se a **INABILITAÇÃO** da empresa citada

Porto Velho – RO 24 de maio de 2023.

CONSTRUTORA MACIEL COM. E REP. LTDA

CNPJ:07.684.688/0001-15

Carlos André Menezes de Oliveira – *Procurador*

CPF nº 514.830.922-91

RG: 250881 SSP/AC